

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.432.019.209
Preferenciais	0
Total	1.432.019.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	4.197.529	3.482.179
1.01	Ativo Circulante	275.809	47.656
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	150.957	10.962
1.01.02	Aplicações Financeiras	79.172	6.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	79.172	6.307
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	79.172	6.307
1.01.03	Contas a Receber	33.636	24.033
1.01.03.01	Clientes	31.268	23.044
1.01.03.01.01	Contas a Receber	31.268	23.044
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.368	989
1.01.03.02.01	Contas a Receber e Outros Recebíveis - Partes Relacionadas	2.368	989
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.358	3.645
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.358	3.645
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.522	1.589
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.164	1.120
1.01.08.03	Outros	1.164	1.120
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.164	1.120
1.02	Ativo Não Circulante	3.921.720	3.434.523
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	194.761	200.363
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	31.458	31.212
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	31.458	31.212
1.02.01.07	Tributos Diferidos	96.166	103.717
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.166	103.717
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.914	3.330
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	62.223	62.104
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	61.568	61.744
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	655	360
1.02.03	Imobilizado	26.960	30.316
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.148	9.694
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	15.812	20.622
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento (CPC 06 (R2))	15.812	20.622
1.02.04	Intangível	3.699.999	3.203.844
1.02.04.01	Intangíveis	3.699.999	3.203.844
1.02.04.01.02	Intagível	1.645.632	1.512.177
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	2.054.367	1.691.667

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	4.197.529	3.482.179
2.01	Passivo Circulante	902.341	253.185
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.311	8.757
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.311	8.757
2.01.02	Fornecedores	78.061	50.704
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	78.061	50.704
2.01.02.01.01	Fornecedores	48.326	25.011
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	29.735	25.693
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.070	9.629
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.350	5.714
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.200	2.713
2.01.03.01.02	IRRF	2.882	425
2.01.03.01.03	PIS	317	294
2.01.03.01.04	COFINS	1.462	1.355
2.01.03.01.05	Outros Tributos Federais	1.489	927
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.720	3.915
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	635.782	81.830
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	85.476	81.830
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	85.476	81.830
2.01.04.02	Debêntures	550.306	0
2.01.05	Outras Obrigações	96.226	33.764
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.909	15.648
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.751	5.459
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.158	10.189
2.01.05.02	Outros	84.317	18.116
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.153	0
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	1.118	1.069
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	48.148	9.609
2.01.05.02.08	Risco Sacado	4.197	2.073
2.01.05.02.11	Arrendamento Mercantil a Pagar (CPC 06 (R2))	4.701	5.365
2.01.06	Provisões	63.891	68.501
2.01.06.02	Outras Provisões	63.891	68.501
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	401	0
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	63.490	68.501
2.02	Passivo Não Circulante	2.042.289	2.058.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	282.615	347.294
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	283.269	347.294
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	283.269	347.294
2.02.01.02	Debêntures	-654	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.665.069	1.616.569
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.621.869	1.574.579
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.621.869	1.574.579
2.02.02.02	Outros	43.200	41.990
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	31.401	26.514
2.02.02.02.11	Arrendamento Mercantil a Pagar (CPC 06 (R2))	11.799	15.476

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04	Provisões	94.605	94.646
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.691	13.218
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	822	772
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.023	2.129
2.02.04.01.05	Provisões Regulatório	10.846	10.317
2.02.04.02	Outras Provisões	80.914	81.428
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	54.922	56.431
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	25.992	24.997
2.03	Patrimônio Líquido	1.252.899	1.170.485
2.03.01	Capital Social Realizado	1.378.496	1.347.796
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.497.996	1.497.996
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-119.500	-150.200
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-125.597	-177.311

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	374.144	882.820	173.862	477.459
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-314.949	-712.363	-160.476	-466.067
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-75.705	-211.922	-74.562	-226.598
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-239.244	-500.441	-85.914	-239.469
3.03	Resultado Bruto	59.195	170.457	13.386	11.392
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.301	-21.558	-7.510	-18.988
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.587	-22.140	-7.800	-19.824
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.587	-22.140	-6.680	-17.479
3.04.02.02	Remuneração da Administração	0	0	-1.120	-2.345
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	286	580	290	836
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	2	0	0
3.04.05.01	Tributárias	0	2	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.894	148.899	5.876	-7.596
3.06	Resultado Financeiro	-17.102	-40.104	-10.371	-34.168
3.06.01	Receitas Financeiras	4.618	9.223	118	2.156
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.618	9.223	118	2.156
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.720	-49.327	-10.489	-36.324
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-21.676	-49.283	-10.371	-36.206
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-44	-44	-118	-118
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.792	108.795	-4.495	-41.764
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.750	-26.313	1.524	14.189
3.08.01	Corrente	-6.075	-18.762	0	0
3.08.02	Diferido	-675	-7.551	1.524	14.189
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.042	82.482	-2.971	-27.575
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.042	82.482	-2.971	-27.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.01.01	ON	0,0196	0,0576	-0,0024	-0,0227

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	28.042	82.482	-2.971	-27.575
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.042	82.482	-2.971	-27.575

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	210.191	134.094
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	274.367	147.325
6.01.01.01	Prejuízo do Período	82.482	-27.575
6.01.01.03	Baixas de Ativos Permanentes	57	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	7.551	-14.189
6.01.01.06	Receitas com Aplicação Financeira Vinculada	-752	-571
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	1.362	7.244
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias de Mútuos	37.740	19.165
6.01.01.10	Despesas Financeiras (Valor Presente)	6.987	7.403
6.01.01.11	Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	3.351	3.491
6.01.01.12	Constituição (Reversão) de Provisão para Manutenção	30.637	57.411
6.01.01.13	Depreciação e Amortização	104.423	94.167
6.01.01.16	Atualização Monetária de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	529	779
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.176	-13.231
6.01.02.01	Contas a Receber	-8.696	-5.219
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-1.379	2
6.01.02.03	Outras Contas a Receber	177	0
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-6.517	966
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-362	565
6.01.02.06	Pagamentos de Juros	-36.016	-8.096
6.01.02.07	Outros Créditos	291	211
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-13.434	-1.457
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	2.515	-275
6.01.02.11	Fornecedores	-23.102	229
6.01.02.12	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	-2.103	114
6.01.02.13	Cauções Contratuais	-5.196	10
6.01.02.14	Obrigações Sociais	3.554	1.454
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	-7.530	-556
6.01.02.18	Taxa de Fiscalização	49	1.380
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	-3.407	-1.877
6.01.02.20	Outras Contas a Pagar	36.980	-682
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-588.029	-282.404
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-2.125	-4.515
6.02.02	Adições do Intangível	-513.194	-279.794
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-349	-264
6.02.04	Valor Resgatado da Aplicação Vinculada	504	692
6.02.11	Aplicação Financeira	-72.865	1.477
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	517.833	147.449
6.03.01	Risco Sacado Captação	15.986	12.294
6.03.02	Risco Sacado Pagamento	-13.841	-13.475
6.03.03	Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	-65.150	0
6.03.04	Pagamento de Empréstimo - Principal	-60.456	-16.277
6.03.05	Emissão de Debêntures	550.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.06	Arrendamento Mercantil a Pagar	-4.556	-6.493
6.03.10	Captações de Empréstimos Empresas Ligadas	65.150	171.400
6.03.20	Aumento de Capital	30.700	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	139.995	-861
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.962	7.344
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150.957	6.483

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.347.796	0	0	-177.311	0	1.170.485
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.347.796	0	0	-177.311	0	1.170.485
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.700	0	0	-30.768	0	-68
5.04.01	Aumentos de Capital	30.700	0	0	0	0	30.700
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-30.768	0	-30.768
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.482	0	82.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.482	0	82.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.378.496	0	0	-125.597	0	1.252.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.317.796	0	0	-162.596	0	1.155.200
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.317.796	0	0	-162.596	0	1.155.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.575	0	-27.575
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.575	0	-27.575
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.317.796	0	0	-190.171	0	1.127.625

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	920.265	500.548
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	414.733	256.552
7.01.02	Outras Receitas	505.532	243.996
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	500.441	239.469
7.01.02.02	Outras	5.091	4.527
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-597.051	-364.511
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-30.535	-33.746
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.557	-16.411
7.02.04	Outros	-549.959	-314.354
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-500.441	-239.469
7.02.04.02	Custo da Concessão	-12.207	-11.386
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovia	-30.637	-57.411
7.02.04.04	Outros	-6.674	-6.088
7.03	Valor Adicionado Bruto	323.214	136.037
7.04	Retenções	-104.423	-94.167
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-104.423	-94.167
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	218.791	41.870
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.016	44.539
7.06.02	Receitas Financeiras	9.223	2.156
7.06.03	Outros	53.793	42.383
7.06.03.01	Juros Capitalizados	53.837	42.501
7.06.03.02	Outros	-44	-118
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	281.807	86.409
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	281.807	86.409
7.08.01	Pessoal	32.945	27.128
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.529	20.747
7.08.01.02	Benefícios	6.037	5.128
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.379	1.253
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	62.990	8.106
7.08.02.01	Federais	41.930	-4.975
7.08.02.03	Municipais	21.060	13.081
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.892	33.360
7.08.03.01	Juros	1.362	7.244
7.08.03.02	Aluguéis	604	208
7.08.03.03	Outras	44.926	25.908
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	18.905	16.276
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Sobre Debêntures	16.174	0
7.08.03.03.04	Outras - Despesas Financeiras	9.847	9.632
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	82.482	-27.575
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.482	-27.575
7.08.05	Outros	56.498	45.390
7.08.05.01	Juros - Debêntures Privadas e Mútuos	37.740	19.165
7.08.05.02	Juros Capitalizados sobre Mútuos	18.758	26.225

Comentário do Desempenho



São José dos Pinhais, 10 de novembro de 2021 – Autopista Litoral Sul S/A (“Sociedade” ou “Autopista Litoral Sul”), empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2021 (3T21), período encerrado em 30 de setembro de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 3T21 o Tráfego Pedagiado foi de 35,8 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 8,6% em relação ao 3T20. No período houve o aumento do fluxo de veículos pesados na rodovia, impactado pelo crescimento no setor de *E-commerce* e pelas medidas restritivas de circulação de pessoas durante a pandemia de COVID-19. Além do aumento no tráfego, a Sociedade foi autorizada a aplicar reajustes tarifários, passando a tarifa de R\$3,00 (três reais) para R\$3,90 (três reais e noventa centavos) em 12 de dezembro de 2020 e de R\$3,90 (três reais e noventa centavos) para R\$4,10 (quatro reais e dez centavos) em 10 de julho de 2021, o que também impactou positivamente no 9M21. No 9M21, houve um aumento de 15,5% que está representado por R\$70,2 milhões em relação aos R\$60,8 milhões no 9M20.

Veículos Equivalentes	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
Consolidado	35.848	33.636	32.997	6,6%	8,6%	104.654	92.796	12,8%
Leves	11.633	10.514	10.242	10,6%	13,6%	34.369	31.924	7,7%
Pesados	24.215	23.123	22.755	4,7%	6,4%	70.285	60.872	15,5%

Receita Operacional Bruta: A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da receita de obras, foi de R\$147,8 milhões no 3T21, um aumento de 53,5% em relação aos R\$96,3 do 3T20. A variação positiva da receita acompanhou a recuperação no fluxo de veículos decorrente dos impactos da pandemia, bem como as mudanças tarifárias, como mencionado acima. No 9M21 a receita apresentou um aumento de 61,1%, em relação ao 9M20, passando de R\$260,2 milhões para R\$419,2 milhões.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas, excluindo os custos de: serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, chega-se no montante de R\$33 milhões no 3T21 contra R\$33,1 milhões no 3T20, uma redução de 0,1%. No 9M21 os custos e despesas totalizaram R\$98,4 milhões, um aumento de 5,2% em comparação ao 9M20 que registrou R\$93,5 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado da Sociedade passou de R\$54,8 milhões em 3T20 para R\$101,8 milhões em 3T21. Uma variação de 85,7% impactados pelos efeitos positivos nas receitas de pedágio e na redução da provisão para manutenção de rodovia. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Sociedade. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Sociedade. O valor registrado no 9M21 foi de R\$284 milhões, aumento de 97% em comparação aos R\$144 milhões do 9M20.

Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro do 3T21 apresentou nas despesas financeiras uma variação negativa de R\$ 11,3 milhões e nas receitas financeiras um aumento de R\$ 4,5 milhões, em relação ao 3T20.

Comentário do Desempenho



No resultado houve a captação de nova debênture pública no valor de R\$ 500 milhões que impactou no aumento das aplicações financeiras no período causando o aumento das despesas e receitas financeiras. No 9M21 verificou-se R\$40,1 milhões, um aumento de 17,4% no resultado financeiro em relação aos R\$34,2 milhões do 9M20.

Lucro Líquido: A Sociedade apresentou um lucro de R\$28 milhões no 3T21, comparado ao prejuízo de R\$3 milhões do 3T20, sendo uma variação 1044% maior. A variação em relação aos períodos acompanha o aumento da receita operacional. No acumulado do 9M21, o lucro registrado foi de R\$82,4 milhões, contra um prejuízo de R\$27,6 milhões no 9M20, uma variação de 399,1%.

Endividamento: O 3T21 encerrou com um endividamento líquido de R\$661 milhões contra R\$410,2 milhões em 3T20. Os valores variaram 61,1%, um aumento de R\$250,8 milhões, que corresponde ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES e debêntures públicas. O endividamento bruto do período foi de R\$ 922,3 milhões, reflexo da captação de debênture pública no valor de R\$ 550 milhões.

Investimentos: Foram investidos R\$217,9 milhões no 3T21, um aumento de 98%, ou seja, R\$107,8 milhões comparados aos R\$110,1 milhões do 3T20. Os investimentos foram em cumprimento ao cronograma do contrato de concessão. Com destaque principal para as seguintes obras: Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$1.007 milhões (R\$1.261 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$575,7 milhões (R\$576 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Covid-19: Os impactos da pandemia da Covid-19 iniciada em meados de março de 2020, ainda se estenderam durante o ano de 2021 e o segundo semestre de 2021, impactando diretamente o tráfego pedagógico. Durante todo esse período a Companhia manteve as medidas mitigantes e de proteção que já haviam sido tomadas logo no início da pandemia:

- Manutenção do Comitê de crise específico para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- Manutenção da política de home office para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- Manutenção do rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de home office, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro dos escritórios;
- Constante comunicação da liderança trazendo todos os novos desdobramentos a respeito de conscientização dos riscos, prevenção, medidas tomadas e orientações das autoridades;
- Atuação frente ao mercado e aos principais bancos a fim de preservar, otimizar e antecipar linhas de crédito e liquidez.

Considerações finais:

As Informações financeiras intermediárias da Sociedade, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
Litoral Sul	35.848	33.636	32.997	6,6%	8,6%	104.654	92.796	12,8%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	387.104	308.701	182.262	25,4%	112,4%	919.686	499.716	84,0%
Receitas de pedágio	146.317	131.215	95.050	11,5%	53,9%	414.733	256.552	61,7%
Receitas de obras	239.244	176.149	85.914	35,8%	178,5%	500.441	239.469	109,0%
Receitas acessórias	1.543	1.337	1.298	15,4%	18,9%	4.512	3.695	22,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.960)	(11.778)	(8.400)	10,0%	54,3%	(36.866)	(22.257)	65,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	374.144	296.923	173.862	26,0%	115,2%	882.820	477.459	84,9%
CUSTOS E DESPESAS	(286.119)	(218.173)	(136.012)	31,1%	110,4%	(629.498)	(390.888)	61,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(26.282)	(25.996)	(25.909)	1,1%	1,4%	(78.374)	(76.674)	2,2%
Custo dos serv. de construção	(239.244)	(176.149)	(85.914)	35,8%	178,5%	(500.441)	(239.923)	108,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.062)	(6.007)	(6.362)	17,6%	11,0%	(20.628)	(16.596)	24,3%
Despesas tributárias	-	2	-	-	-	2	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(13.817)	(10.207)	(16.997)	35,4%	-18,7%	(30.637)	(57.411)	-46,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	286	184	290	55,4%	-1,4%	580	836	-30,6%
EBITDA	88.025	78.750	37.850	11,8%	132,6%	253.322	86.571	192,6%
Margem EBITDA	65,3%	65,2%	43,0%			28,7%	18,1%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(36.131)	(34.501)	(31.974)	4,7%	13,0%	(104.423)	(94.167)	10,9%
Depreciação de imobilizado	(224)	(221)	(228)	1,4%	-1,8%	(682)	(658)	3,6%
Amortização do intangível	(34.455)	(32.859)	(29.594)	4,9%	16,4%	(99.411)	(87.246)	13,9%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do direito de uso	(1.452)	(1.421)	(2.152)	2,2%	-32,5%	(4.330)	(6.263)	-30,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(17.102)	(13.215)	(10.371)	29,4%	64,9%	(40.104)	(34.168)	17,4%
Receitas financeiras	4.618	4.016	118	15,0%	3813,6%	9.223	2.156	327,8%
Despesas financeiras	(21.676)	(17.231)	(10.371)	25,8%	109,0%	(49.283)	(36.206)	36,1%
Variação cambial, líq.	(44)	-	(118)			(44)	(118)	
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	34.792	31.034	(4.495)	12,1%	-874,0%	108.795	(41.764)	-360,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.750)	(7.454)	1.524	-9,4%	-542,9%	(26.313)	14.189	-285,4%
Corrente	(6.075)	(4.752)	-	27,8%	-	(18.762)	-	-
Diferido	(675)	(2.702)	1.524	-75,0%	-144,3%	(7.551)	14.189	-153,2%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	28.042	23.580	(2.971)	18,9%	-1043,9%	82.482	(27.575)	-399,1%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
EBITDA ¹	88.025	78.750	37.850	11,8%	132,6%	253.322	86.571	192,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	13.817	10.207	16.997	35,4%	-18,7%	30.637	57.411	-46,6%
EBITDA Ajustado ²	101.842	88.957	54.847	14,5%	85,7%	283.959	143.982	97,2%

1) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Sociedades.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites ri.arteris.com.br](http://ri.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade” ou “Autopista Litoral Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira holding não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

A Autopista Litoral Sul tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. CONCESSÃO

No trimestre de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“trimestre”), e no período de 01 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“período”) não ocorreram mudanças na concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema “S” na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como

Notas Explicativas

grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-o ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 o Grupo Arteris aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 terão seus vencimentos postergados e serão depositados a partir de setembro a dezembro de 2021.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, como a inclusão de novo grupo de colaboradores no programa imediatamente acima mencionado, caso se verifique incompatibilidade para o desempenho de atividades, se o colaborador possuir novo diagnóstico, considerando-o no Grupo de Risco.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que detalham os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Diretoria em 10 de Novembro de 2021.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas 13 e 14, respectivamente.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A Administração reconhece que existe a possibilidade de uma certa incerteza sobre a capacidade da Sociedade para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para refinaranciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Sociedade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas informações contábeis intermediárias.

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	2.164	4.259
Aplicações financeiras (*)	148.793	6.703
Total	<u>150.957</u>	<u>10.962</u>
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos (**)	79.172	6.307
Total	<u>79.172</u>	<u>6.307</u>

*As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,65% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (84,40% em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	28.759	-	21.381	-
Cupons de pedágio a receber	903	-	891	-
Cartões de pedágio a receber	537	-	201	-
Receitas acessórias a receber (a)	952	472	162	177
Outras receitas a receber	117	183	409	183
Total	31.268	655	23.044	360

- (a) Receitas acessórias, principalmente dos contratos de oleodutos, gasodutos e derivados referente ao uso da faixa de domínio.

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Cronograma de recebimento:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	30.918	655	22.628	360
Créditos vencidos até 60 dias	350	-	175	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	1	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	240	-
	31.268	655	23.044	360

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	34.792	108.795	(4.495)	(41.764)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(11.829)	(36.990)	1.528	14.200
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	5.051	10.461	-	-
Outras diferenças permanentes	28	216	(4)	(11)
Total	<u>(6.750)</u>	<u>(26.313)</u>	<u>1.524</u>	<u>14.189</u>
Imposto Contabilizado	(6.750)	(26.313)	1.524	14.189
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(6.075)	(18.762)	-	-
Diferido	(675)	(7.551)	1.524	14.189
	<u>(6.750)</u>	<u>(26.313)</u>	<u>1.524</u>	<u>14.189</u>
Alíquota efetiva de impostos	(19%)	(24%)	(34%)	(34%)

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2021	31.12.2020
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	214.482	238.520
Provisão de participação nos lucros	2.742	2.192
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	13.691	13.218
Outras provisões	1.489	1.573
Provisão para manutenção de rodovias	118.412	124.932
Amortização acumulada de obras futuras	9	(1.139)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.280	2.168
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(22)	(5)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	670	220
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	354.753	381.679
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>120.616</u>	<u>129.771</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	42.288	37.572
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(28)	(29)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(71.913)	(76.630)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(24.450)</u>	<u>(26.054)</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>96.166</u>	<u>103.717</u>

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal	(7.761)	(24.038)	(8.887)	7.002
Provisão de participação nos lucros	1.062	550	523	(1.220)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	585	473	1.673	2.393
Outras provisões	109	(84)	811	(856)
Provisão para manutenção de rodovias	1.543	(6.520)	7.949	27.037
Amortização acumulada de obras futuras	384	1.148	378	1.135
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	406	1.112	377	1.114
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(4)	(17)	1	37
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	116	450	86	376
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14				
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.570	4.716	1.573	4.718
Amortização estorno de capitalização de juros	4	1	(2)	(4)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(1.986)	(22.209)	4.482	41.732
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	(675)	(7.551)	1.524	14.189
Total do imposto de renda e contribuição social				
	(675)	(7.551)	1.524	14.189

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Notas Explicativas

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2024	3.473
2025	13.890
2026	13.890
Após 2026	41.671
	<u>72.924</u>

Para a Sociedade, o prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 40% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES.

Em 30 de setembro de 2021 o saldo é de R\$31.458 (R\$31.212 em 31 de dezembro de 2020), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 91,56% a.a. da variação do CDI (86,20% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2020	17.018	3.300	829	989	145	1.217	2	23.500
Remensuração	-	111	-	-	6	25	-	142
Adições/Reversões	-	141	-	26	5	(735)	(2)	(565)
Baixas	-	-	-	-	-	(57)	-	(57)
Saldo em 30.09.2021	<u>17.018</u>	<u>3.552</u>	<u>829</u>	<u>1.015</u>	<u>156</u>	<u>450</u>	<u>-</u>	<u>23.020</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2020	(283)	(1.559)	(92)	(719)	(21)	(202)	(2)	(2.878)
Amortização	(2.595)	(883)	(414)	(291)	(9)	(140)	2	(4.330)
Saldo em 30.09.2021	<u>(2.878)</u>	<u>(2.442)</u>	<u>(506)</u>	<u>(1.010)</u>	<u>(30)</u>	<u>(342)</u>	<u>-</u>	<u>(7.208)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2020	16.735	1.741	737	270	124	1.015	-	20.622
Saldo em 30.09.2021	14.140	1.110	323	5	126	108	-	15.812
Taxas de amortização - a.a.	20.3%	33.7%	66.7%	38.2%	7.1%	41.3%	0%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2019	24.098	4.041	855	989	687	502	462	31.634
Adições	-	-	290	-	-	1.467	77	1.834
Saldo em 30.09.2020	<u>24.098</u>	<u>4.041</u>	<u>1.145</u>	<u>989</u>	<u>687</u>	<u>1.969</u>	<u>539</u>	<u>33.468</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2019	(5.355)	(1.256)	(570)	(360)	(332)	(464)	(358)	(8.695)
Amortização	(4.017)	(765)	(501)	(270)	(204)	(370)	(136)	(6.263)
Saldo em 30.09.2020	<u>(9.372)</u>	<u>(2.021)</u>	<u>(1.071)</u>	<u>(630)</u>	<u>(536)</u>	<u>(834)</u>	<u>(494)</u>	<u>(14.958)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2019	18.743	2.785	285	629	355	38	104	22.939
Saldo em 30.09.2020	14.726	2.020	74	359	151	1.135	45	18.510
Taxas de amortização - a.a.	22%	27%	58%	36%	40%	25%	33%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a veículos administrativos.
(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
(g) Refere-se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (a)	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2020	1.110	3.247	836	330	2.436	329	6.268	14.556
Adições	38	789	-	-	21	-	1.277	2.125
Transferências/reclassificações(*)	-	-	-	-	-	-	11	11
Alienações/baixas	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Saldo em 30.09.2021	<u>1.146</u>	<u>4.036</u>	<u>836</u>	<u>330</u>	<u>2.457</u>	<u>329</u>	<u>7.556</u>	<u>16.690</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2020	(914)	(1.446)	(695)	(301)	(1.290)	(216)	-	(4.862)
Depreciações	(42)	(409)	(60)	(34)	(137)	-	-	(682)
Transferências/reclassificações	-	-	-	25	-	(25)	-	-
Alienações/baixas	2	-	-	-	-	-	-	2
Saldo em 30.09.2021	<u>(954)</u>	<u>(1.855)</u>	<u>(755)</u>	<u>(310)</u>	<u>(1.427)</u>	<u>(241)</u>	<u>-</u>	<u>(5.542)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2020	196	1.801	141	29	1.146	113	6.268	9.694
Saldo em 30.09.2021	192	2.181	81	20	1.030	88	7.556	11.148
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2019	1.103	2.503	798	330	2.384	329	2	7.449
Adições	-	449	39	-	41	-	3.986	4.515
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-	195	195
Saldo em 30.09.2020	<u>1.103</u>	<u>2.952</u>	<u>837</u>	<u>330</u>	<u>2.425</u>	<u>329</u>	<u>4.183</u>	<u>12.159</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2019	(840)	(1.016)	(561)	(255)	(1.099)	(202)	-	(3.973)
Depreciações	(56)	(314)	(100)	(45)	(143)	-	-	(658)
Saldo em 30.09.2020	<u>(896)</u>	<u>(1.330)</u>	<u>(661)</u>	<u>(300)</u>	<u>(1.242)</u>	<u>(202)</u>	<u>-</u>	<u>(4.631)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2019	263	1.487	237	75	1.285	127	2	3.476
Saldo em 30.09.2020	207	1.622	176	30	1.183	127	4.183	7.528
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(a) Imobilizado em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde será a nova sede da Sociedade.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores (*)	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.108.506	8.555	12.981	2.130.042	1.691.667	3.821.709
Adições	107.603	883	69.396	177.882	417.695	595.577
Transferências/reclassificações (*)	83.496	-	(28.512)	54.984	(54.995)	(11)
Saldo em 30.09.2021	<u>2.299.605</u>	<u>9.438</u>	<u>53.865</u>	<u>2.362.908</u>	<u>2.054.367</u>	<u>4.417.275</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(611.080)	(6.785)	-	(617.865)	-	(617.865)
Amortizações	(98.988)	(423)	-	(99.411)	-	(99.411)
Saldo em 30.09.2021	<u>(710.068)</u>	<u>(7.208)</u>	<u>-</u>	<u>(717.276)</u>	<u>-</u>	<u>(717.276)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.497.426	1.770	12.981	1.512.177	1.691.667	3.203.844
Saldo em 30.09.2021	1.589.537	2.230	53.865	1.645.632	2.054.367	3.699.999
Taxas de amortização - a.a. (c)	5%	20%				

(*) O valor de adiantamento a fornecedores transferido para o imobilizado.

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.981.300	7.663	12.970	2.001.933	1.412.829	3.414.762
Adições	80.569	833	212	81.614	201.401	283.015
Transferências/reclassificações	2.657	-	(195)	2.462	(2.657)	(195)
Saldo em 30.09.2020	<u>2.064.526</u>	<u>8.496</u>	<u>12.987</u>	<u>2.086.009</u>	<u>1.611.573</u>	<u>3.697.582</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(494.090)	(6.109)	-	(500.199)	-	(500.199)
Amortizações	(86.744)	(502)	-	(87.246)	-	(87.246)
Saldo em 30.09.2020	<u>(580.834)</u>	<u>(6.611)</u>	<u>-</u>	<u>(587.445)</u>	<u>-</u>	<u>(587.445)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.487.210	1.554	12.970	1.501.734	1.412.829	2.914.563
Saldo em 30.09.2020	1.483.692	1.885	12.987	1.498.564	1.611.573	3.110.137
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo como principal natureza a construção o Contorno de Florianópolis.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R\$53.838 (R\$42.501 em 30 de setembro de 2020) de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo dos intangíveis e intangíveis em andamento. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 9,11% a.a. e em 2020 13,04% a.a., do total de juros anual provisionados no período.

Análise de impairment

A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 30 de setembro de 2021 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado da Sociedade, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2020, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis, não identificando indicadores que pudessem gerar a necessidade de uma nova projeção, uma vez que as premissas se mantiveram as mesmas.

Para as análises de *impairment*, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período de projeto da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

12. RISCO SACADO

Em 30 de setembro de 2021, o saldo de R\$4.197 (R\$2.073 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Estão representados por:

	30.09.2021	30.09.2020
Moeda nacional		
	Circulante	Circulante
Saldo inicial	2.073	3.245
Captações/Renovações	15.986	12.294
Amortização de principal	(13.841)	(13.477)
AVP/Risco sacado	(21)	37
	4.197	2.099
Saldo final	4.197	2.099

Notas Explicativas

13. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2021	31.12.2020
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	370.795	431.021
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP + 2,32a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	2.519	2.868
					<u>373.314</u>	<u>433.889</u>
Custo de transação					<u>(4.569)</u>	<u>(4.765)</u>
Total Geral					<u>368.745</u>	<u>429.124</u>
Circulante					85.476	81.830
Não circulante					<u>283.269</u>	<u>347.294</u>
Total					<u>368.745</u>	<u>429.124</u>

Estão representados por:

Moeda nacional	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	82.606	351.283	433.889	67.568	386.813	454.381
Juros provisionados	20.267	-	20.267	23.520	-	23.520
Amortização de principal	(60.456)	-	(60.456)	(16.275)	-	(16.275)
Pagamento de juros	(20.386)	-	(20.386)	(8.096)	-	(8.096)
Transferência	64.222	(64.222)	-	14.106	(14.106)	-
	<u>86.253</u>	<u>287.061</u>	<u>373.314</u>	<u>80.823</u>	<u>372.707</u>	<u>453.530</u>
Custo de transação	(777)	(3.792)	(4.569)	(776)	(4.183)	(4.959)
Saldo final	<u>85.476</u>	<u>283.269</u>	<u>368.745</u>	<u>80.047</u>	<u>368.524</u>	<u>448.571</u>

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2022	22.234
2023	92.895
2024	99.570
2025	55.873
Após 2026	16.489
Total	287.061

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:
 - a) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA(*)	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (**)

(*) *Earnings Before Interest Taxes, Depreciation and Amortization* (Ganhos antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

(**) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

- b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).
- 2) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".
- 3) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e

Notas Explicativas

- iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

14. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2021	31.12.2020
9ª emissão	550.000	CDI+1,62% a.a	set-22	551.407	-
				551.407	-
			Custo de transação	(1.755)	-
			Total	549.652	-
			Circulante	550.306	-
			Não circulante	(654)	-
			Total	549.652	-

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Captações/Renovações	-	550.000	550.000	-	-	-
Juros provisionados	-	16.174	16.174	-	-	-
Pagamento de juros	-	(14.767)	(14.767)	-	-	-
Transferências	551.407	(551.407)	-	-	-	-
	551.407	-	551.407	-	-	-
Custo de transação	(1.101)	(654)	(1.755)	-	-	-
Saldo final	550.306	(654)	549.652	-	-	-

Notas Explicativas

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
9ª emissão	17.03.2021	550.000	1.000	17.03.2021	550.000
		<u>550.000</u>			<u>550.000</u>

As debêntures da 9ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris.

As escrituras de emissão da 9ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

- (a) Não (i) realizar qualquer pagamento a seus acionistas de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre capital próprio ou (ii) efetivar qualquer repagamento dos mútuos junto aos seus acionistas, em ambos os casos dos itens (i) e (ii), enquanto a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo legal obrigatório, ainda que sob forma de juros sobre capital próprio, previsto no estatuto social da Sociedade.
- (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 4,5, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula pela fiadora:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Dívida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado}}$$

Onde:

- (i) Dívida Líquida Consolidada = a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Fiadora, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo consolidado da Fiadora, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Fiadora, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida;
- (ii) EBITDA Ajustado Consolidado = o lucro (prejuízo) líquido consolidado da Fiadora antes do imposto sobre a renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Caso a Fiadora realize a aquisição, incorporação ou obtenha o direito de explorar quaisquer novos ativos, fica certo que para fins do cálculo do Índice Financeiro, o EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses do novo ativo adquirido será somado ao EBITDA Ajustado Consolidado; e
- (iii) Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora, deduzidos do cômputo os pagamentos realizados ao Poder Concedente ou qualquer outro ente aplicável, no âmbito de leilões de novas licitações.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

15. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2021 o saldo de R\$48.326 (R\$25.011 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$29.735 (R\$25.693 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.09.2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2020	5.365	15.476	20.841
Remensuração		6	6
Adições	(423)	(565)	(988)
Utilizações (*)	(4.489)	-	(4.489)
Ajuste a valor presente	1.130	-	1.130
Transferências	3.118	(3.118)	-
Saldo em 30.09.2021	<u>4.701</u>	<u>11.799</u>	<u>16.500</u>

	30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	6.809	16.932	23.741
Adições	1.047	786	1.833
Utilizações (*)	(7.319)	-	(7.319)
Ajuste a valor presente	1.433	-	1.433
Transferências	5.287	(5.287)	-
Saldo em 30.09.2020	<u>7.257</u>	<u>12.431</u>	<u>19.688</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.556 (R\$6.493 em 30 de setembro de 2020).

O potencial PIS/COFINS (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de setembro de 2021 são respectivamente R\$82 e R\$381 para PIS e COFINS.

A Sociedade revisa a taxa de desconto periodicamente, para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 a taxa média é de 8,42% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Sociedade tem como base a taxa de crédito da companhia excluído o financiamento do BNDES.

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2022	3.783
2023	3.714
2024	3.714
2025	506
Após 2025	82
	<u>11.799</u>

Em 30 de setembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos operacionais	-	-	225	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>225</u>	<u>-</u>

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 a taxa média é de 8,42% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	30.09.2021	31.12.2020
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A. (a)	785	359
Régis Bittencourt S.A. (a)	1.583	630
Contas a receber de partes relacionadas circulante	<u>2.368</u>	<u>989</u>
Total parte relacionada no ativo circulante	<u>2.368</u>	<u>989</u>

Notas Explicativas

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.751	5.459
Planalto Sul S.A. (a)	-	86
Régis Bittencourt S.A. (a)	1	127
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	7.157	9.976
	<u>11.909</u>	<u>15.648</u>
Passivos com partes relacionadas circulante		
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora	26.153	-
	<u>26.153</u>	<u>-</u>
Total dos juros sobre capital próprio a pagar		
	<u>38.062</u>	<u>15.648</u>
Total do passivo circulante		
	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	663.712	644.116
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	958.157	930.463
	<u>1.621.869</u>	<u>1.574.579</u>
Empréstimos partes relacionadas não circulante		
	<u>1.621.869</u>	<u>1.574.579</u>
Total do passivo não circulante		

	PERÍODO			
	30.09.2021		30.09.2020	
<u>Contas de Resultado:</u>	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(56.498)	(9.835)	(45.390)	(15.064)
Juros Capitalizados (*)	18.758	-	26.225	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Intervias S.A.	-	37	-	-
Planalto Sul S.A.	-	58	-	(183)
Régis Bittencourt S.A.	-	(213)	-	(1.067)
Total	<u>(37.740)</u>	<u>(9.953)</u>	<u>(19.165)</u>	<u>(16.314)</u>

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Notas Explicativas

	TRIMESTRE			
	30.09.2021		30.09.2020	
	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
<u>Contas de Resultado:</u>				
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(25.258)	(3.327)	(12.388)	(5.535)
Juros Capitalizados (*)	7.835	-	7.329	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Planalto Sul S.A.	-	3	-	(62)
Régis Bittencourt S.A.	-	6	-	(312)
Total	(17.423)	(3.318)	(5.059)	(5.909)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do “spread” de 1,4% ao ano para a 2ª emissão; 1% para a 6ª, 7ª e 8ª emissão; e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	20.237	30.000	18.657
28.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	122.518	81.253	122.518	74.721
03.07.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	20.000	12.644	20.000	11.599
19.08.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	30.000	18.131	30.000	16.594
21.05.2018	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	280.000	31.649	280.000	23.108
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	260.000	12.880	260.000	5.472
05.11.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	37.700	1.145	37.700	94
			<u>780.218</u>	<u>177.939</u>	<u>780.218</u>	<u>150.245</u>

- (c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2024, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	4.000	6.936	4.000	6.635
17.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	8.669	5.000	8.294
25.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	2.000	3.468	2.000	3.317
06.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	8.000	13.871	8.000	13.270
27.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	6.000	10.403	6.000	9.953
05.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	17.339	10.000	16.588
27.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	17.339	10.000	16.588
05.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	8.669	5.000	8.294
19.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,04% a.a.	17.000	29.476	17.000	28.200
10.06.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	15.000	15.009	15.000	14.062
10.09.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	30.000	28.769	30.000	26.914
08.10.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	35.000	33.123	35.000	30.974
24.01.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	40.000	34.228	40.000	32.023
05.03.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	25.000	20.917	25.000	19.553
01.04.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	24.718	30.000	23.093
09.05.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	35.000	28.210	35.000	26.332
20.06.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	20.000	15.710	20.000	14.649
02.03.2015	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	19.858	30.000	18.377
			<u>327.000</u>	<u>336.712</u>	<u>327.000</u>	<u>317.116</u>

Passivos Circulante e Não Circulante	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.574.579	1.574.579	-	1.291.815	1.291.815
Captações	-	65.150	65.150	-	171.400	171.400
Juros provisionados	-	56.498	56.498	8.921	36.469	45.390
Amortização/Recebimento de principal	(65.150)	-	(65.150)	-	-	-
Pagamento/Recebimento de juros	(863)	-	(863)	-	-	-
IR recuperar	-	(8.345)	(8.345)	(1.337)	(5.472)	(6.809)
Transferências	66.013	(66.013)	-	615.288	(615.288)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>1.621.869</u>	<u>1.621.869</u>	<u>622.872</u>	<u>878.924</u>	<u>1.501.796</u>

(d) Refere-se a adiantamentos e prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, vigência de 01 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 30 de setembro de 2021 obras exclusivamente na rodovia, registradas no intangível da Sociedade, no valor de R\$5.188 (R\$18.040 em 30 de setembro de 2020).

Notas Explicativas

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 a Sociedade reconheceu o montante de R\$118 e R\$395 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado R\$515 e R\$2.049 relativo ao rateio da “Holding”, que totalizam R\$633 e R\$2.444(R\$1.120 e 2.345, respectivamente, em 30 de setembro de 2020). Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas metrcas, conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$ 550.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.742 e R\$2.192.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA da Sociedade e EBTIDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

19. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2021
Cíveis	2.129	4.404	(2.375)	(2.135)	-	2.023
Trabalhistas	772	2.267	(945)	(1.272)	-	822
Regulatório	10.317	-	-	-	529	10.846
Total	13.218	6.671	(3.320)	(3.407)	529	13.691

Notas Explicativas

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2020
Cíveis	506	3.141	(219)	(1.592)	-	1.836
Trabalhistas	620	1.100	(520)	(285)	-	915
Regulatório	7.471	-	(11)	-	779	8.239
Total	8.597	4.241	(750)	(1.877)	779	10.990

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$10.846 e 10.317. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$18.787 (R\$18.497 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas, ambientais e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	30.09.2021	31.12.2020
Cíveis	8.358	7.544
Trabalhistas	791	965
Ambiental	3.041	2.829
Regulatório	18.787	18.497
Fiscal	2.873	2.349
Total	33.850	32.184

Os depósitos judiciais no montante de R\$61.568 em 30 de setembro de 2021 (R\$61.744 em 31 de dezembro de 2020) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 4,81% a.a., considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimento

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	-	68.501	24.997	56.431	24.997	124.932
Adições/Reversões	-	(1.428)	283	32.065	283	30.637
Utilizações	(763)	(41.159)	-	-	(763)	(41.159)
Ajuste a valor presente	-	2.128	1.876	1.874	1.876	4.002
Transferências	1.164	35.448	(1.164)	(35.448)	-	-
Saldo em 30.09.2021	401	63.490	25.992	54.922	26.393	118.412

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	-	60.288	23.500	36.211	23.500	96.499
Adições/Reversões	-	13.719	-	43.692	-	57.411
Utilizações	-	(35.193)	-	-	-	(35.193)
Ajuste a valor presente	-	2.658	1.114	2.161	1.114	4.819
Transferências	-	26.377	-	(26.377)	-	-
Saldo em 30.09.2020	-	67.849	24.614	55.687	24.614	123.536

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2021 referentes às manutenções realizadas foram de R\$37.959 (R\$39.641 em 30 de setembro de 2020).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.497.966, composto por 1.432.019.209 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.378.496 (R\$1.347.796 em 31 de dezembro de 2020), que representam 1.244.310.876 ações. Em 06 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$210.000, mediante a emissão de 218.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$29.800 em dinheiro até 31 de dezembro de 2019, R\$30.000 em dinheiro até 31 de dezembro de 2020 e R\$30.700 até 30 de junho de 2021, havendo um saldo a integralizar de R\$119.500.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2020 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2020 ter apresentado prejuízo líquido.

Juros sobre o capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Sociedade constituiu dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio, o qual incide imposto de renda retido na fonte – IRRF. A distribuição de juros sobre capital próprio, foi aprovada em AGE, com a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Sociedade, tendo suas atas emitidas nas datas de 30 de março de 2021, 30 de junho de 2021 e 30 de setembro de 2021, conforme segue:

Período	Aprovação	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
31.03.2021	30.03.2021	7.000	1.050	5.950
30.06.2021	30.06.2021	8.913	1.337	7.576
30.09.2021	30.09.2021	14.855	2.228	12.627
		<u>30.768</u>	<u>4.615</u>	<u>26.153</u>

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado no período é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Receitas operacionais</u>				
Receita de serviços prestados	146.317	414.733	95.050	256.552
Receita de serviços de construção - ICPC 01 (R1)	239.244	500.441	85.914	239.469
Receitas acessórias	1.543	4.512	1.298	3.695
Receita bruta	<u>387.104</u>	<u>919.686</u>	<u>182.262</u>	<u>499.716</u>

Notas Explicativas**Impostos sobre receitas operacionais**

ISSQN	(7.329)	(21.013)	(4.824)	(13.044)
PIS	(959)	(2.721)	(626)	(1.605)
COFINS	(4.428)	(12.560)	(2.888)	(7.442)
Outras deduções	(244)	(572)	(62)	(166)
Deduções das receitas brutas	<u>(12.960)</u>	<u>(36.866)</u>	<u>(8.400)</u>	<u>(22.257)</u>
Receita líquida	<u>374.144</u>	<u>882.820</u>	<u>173.862</u>	<u>477.459</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(7.085)	(22.566)	(6.007)	(17.576)
Serviços de terceiros	(5.601)	(17.213)	(7.175)	(21.341)
Conservação	(5.201)	(13.322)	(4.254)	(12.385)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(936)	(2.639)	(1.059)	(3.375)
Consumo	(2.275)	(6.166)	(2.090)	(5.933)
Transportes	(1.410)	(3.478)	(879)	(2.729)
Verba de fiscalização	(3.354)	(9.976)	(3.207)	(9.548)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(172)	(323)	-	1.022
Seguros / Garantias	(43)	(1.907)	(952)	(2.505)
Provisão de manutenção em rodovias	(13.817)	(30.637)	(16.997)	(57.411)
Custos de serviços da construção	(239.244)	(500.441)	(85.914)	(239.469)
Depreciação / Amortização	(35.606)	(102.911)	(31.656)	(93.284)
Outros	(205)	(784)	(286)	(1.533)
Total	<u>(314.949)</u>	<u>(712.363)</u>	<u>(160.476)</u>	<u>(466.067)</u>

Notas Explicativas

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(3.774)	(10.377)	(3.521)	(9.551)
Serviços de terceiros	(739)	(2.118)	(1.092)	(2.542)
Manutenção de bens e conservação	(363)	(1.171)	(348)	(1.146)
Consumo	(589)	(1.518)	(305)	(863)
Transportes	1	(19)	11	(62)
Seguros/Garantias	(9)	(27)	(51)	(64)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.022)	(3.351)	(2.083)	(3.491)
Comunicação e marketing	(115)	(301)	(64)	(237)
Indenizações à terceiros	(32)	(71)	172	118
Publicações legais	(4)	(245)	(9)	(231)
Depreciação / Amortização	(525)	(1.512)	(318)	(883)
Outros	(416)	(1.430)	(192)	(872)
Total	<u>(7.587)</u>	<u>(22.140)</u>	<u>(7.800)</u>	<u>(19.824)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	4.601	9.115	107	711
Créditos fiscais(a)	-	-	-	1.434
Outras receitas	17	108	11	11
Total	<u>4.618</u>	<u>9.223</u>	<u>118</u>	<u>2.156</u>

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(17.424)	(39.102)	(7.158)	(26.409)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.675)	(6.987)	(1.882)	(7.403)
Outras despesas	(1.577)	(3.194)	(1.331)	(2.394)
Total	<u>(21.676)</u>	<u>(49.283)</u>	<u>(10.371)</u>	<u>(36.206)</u>

(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01.07.2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

Notas Explicativas

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 30 de setembro de 2021 no valor de R\$92.939, o montante de R\$53.838 foi capitalizado (R\$59.989 e R\$42.501 em 30 de setembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento.

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Informações suplementares

	30.09.2021	30.09.2020
Total das adições de intangível e intangível em andamento	595.577	283.015
Total das adições de imobilizado	2.125	4.515
Juros capitalizados - mútuos	(18.758)	(26.225)
Juros capitalizados - financiamentos	(18.905)	(16.276)
Juros capitalizados - debêntures	(16.174)	-
	<u>543.865</u>	<u>245.029</u>
Aquisição (adições)	(543.865)	(245.029)
Depósitos judiciais para desapropriação	(2.339)	2.065
Fornecedores	45.590	1.021
Obrigações fiscais	19.332	1.181
Contas a pagar - partes relacionadas	(1.636)	(10.101)
Cauções contratuais	9.238	1.747
Realização manutenção ICPC 12 em rodovias	(41.159)	(35.193)
Provisão para investimentos em rodovias	(480)	-
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(515.319)</u>	<u>(284.309)</u>
Fluxo de caixa imobilizado	(2.125)	(4.515)
Fluxo de caixa intangível	<u>(513.194)</u>	<u>(279.794)</u>
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	<u>(515.319)</u>	<u>(284.309)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	28.546	(39.280)

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do período e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (Prejuízo) do período	28.042	82.482	(2.971)	(27.575)
Número de ações durante período	<u>1.432.019</u>	<u>1.432.019</u>	<u>1.213.269</u>	<u>1.213.269</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>0,0196</u>	<u>0,0576</u>	<u>(0,0024)</u>	<u>(0,0227)</u>

Notas Explicativas

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.09.2021		31.12.2020	
			Contabil	Valor Justo	Contabil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	150.957	150.957	10.962	10.962
Aplicações financeiras	Nível 2	1	79.172	79.172	6.307	6.307
Contas a receber clientes	Nível 2	2	31.268	31.268	23.044	23.044
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	2.368	2.368	989	989
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	31.458	31.458	31.212	31.212
Outros Créditos	Nível 2	2	1.819	1.819	1.480	1.480
			<u>297.042</u>	<u>297.042</u>	<u>73.994</u>	<u>73.994</u>
Passivo						
Financiamentos (**)	Nível 2	2	368.745	368.745	429.124	429.124
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	4.197	4.197	2.073	2.073
Mútuos partes relacionadas	Nível 2	2	663.712	663.712	644.116	644.116
Debêntures partes relacionadas	Nível 2	2	958.158	958.158	930.464	930.464
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	38.062	38.062	15.648	15.648
Debêntures (**)	Nível 2	1	554.780	551.407	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	78.061	78.061	50.704	50.704
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.118	1.118	1.069	1.069
Outras contas a pagar	Nível 2	2	48.148	48.148	9.609	9.609
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	2	16.500	16.500	20.841	20.841
			<u>2.731.481</u>	<u>2.728.108</u>	<u>2.103.648</u>	<u>2.103.648</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos, mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(159.889)	(194.785)	(229.681)
Receita de aplicações financeiras	21.768	27.210	32.652
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(52.852)	(64.686)	(76.522)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(190.973)	(232.261)	(273.551)
TJLP	5,32%	6,65%	7,98%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(28.982)	(34.063)	(39.142)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(28.982)	(34.063)	(39.142)
Juros a incorrer líquido	(219.955)	(266.324)	(312.693)

Notas Explicativas

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 2 de julho de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de setembro de 2021, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$28.759 (R\$21.381 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S/A gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021 (após setembro)	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
BNDES Automático	6,16%	27.098	108.391	108.391	108.391	75.388	427.659
Capital de giro	17,18%	4.221	-	-	-	-	4.221
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	8,42%	4.701	3.783	3.714	3.714	588	16.500
Partes relacionadas	3,78%	-	-	-	1.621.869	-	1.621.869
Debêntures - CDI	5,84%	-	549.652	-	-	-	549.652
Fornecedores e cauções contratuais	-	48.326	29.735	-	-	-	78.061
Fornecedores partes relacionadas	-	11.909	-	-	-	-	11.909
Outras contas a pagar	-	48.148	-	-	-	-	48.148
		<u>144.403</u>	<u>691.561</u>	<u>112.105</u>	<u>1.733.974</u>	<u>75.976</u>	<u>2.758.019</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10 a 31.12.2021	01.01 a 31.03.2022	01.04 a 30.06.2022	01.07 a 30.09.2022	Total
BNDES Automático	6,16%	27.098	27.098	27.098	27.098	108.392
Capital de giro	17,18%	4.221	-	-	-	4.221
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	8,42%	4.701	-	-	-	4.701
Partes relacionadas	3,78%	-	-	-	-	-
Debêntures - CDI	5,84%	-	-	-	549.652	549.652
Fornecedores e cauções contratuais	-	48.326	29.735	-	-	78.061
Fornecedores partes relacionadas	-	11.909	-	-	-	11.909
Outras contas a pagar	-	48.148	-	-	-	48.148
		<u>144.403</u>	<u>56.833</u>	<u>27.098</u>	<u>576.750</u>	<u>805.084</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	173.925

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 71.805 e de R\$67.562, respectivamente.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de outubro de 2021 foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária da concessionária Litoral Sul no valor de R\$2.000.000. A 1ª série com emissão em novembro de 2021 no valor de R\$ 1.750.000, será remunerada através de IPCA + 5,85% a.a. com vencimento em outubro de 2031 e a 2ª série no valor de R\$ 250.000 com vencimento em outubro de 2028, será remunerada pelo CDI + 1,55% a.a.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.
São José dos Pinhais – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro Assunto-Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 13 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021.

São José dos Pinhais, 13 de novembro de 2021.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor
Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Simone Aparecida Borsato
Diretor
Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

São José dos Pinhais, 13 de novembro de 2021.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor
Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Simone Aparecida Borsato
Diretor
Financeiro e de Relações com Investidores